

Sarney pode ser o

Economia

Jornal de Brasília

negociador da dívida

O Brasil vai tentar prorrogar para 16 anos o perfil de amortização de 50 por cento da dívida externa com os credores privados e 100 por cento com as instituições oficiais. Se os negociadores brasileiros não lograrem os êxitos esperados, o presidente José Sarney está disposto a assumir, pessoalmente, uma série de contatos políticos em busca do apoio para a posição brasileira de "pagamento da dívida com o crescimento da economia".

Essas informações foram prestadas ontem pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, observando que dentro de mais 15 dias os negociadores terão à sua disposição o projeto preliminar do Plano de Desenvolvimento Industrial, a cargo do Ministério da Indústria e Comércio, e o Plano de Consistência Macroeconômica, do Ministério da Fazenda.

Segundo Frota Neto, os entendimentos com os credores encontram-se em fase adiantada. Mas o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, está aguardando a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para iniciar os contatos formais em direção à renegociação da dívida tanto com os credores privados quanto com o Clube de Paris.

O Brasil está necessitando, entretanto, urgentemente de um crédito da ordem de US\$ 1,2 bilhão. Se as negociações não caminharem com a celeridade que se espera, há possibilidade de uma retomada dos entendimentos, antes mesmo da consolidação dos

planos de desenvolvimento, com o Fundo Monetário.

Barreiras

Informou ainda o secretário de Imprensa da Presidência da República que o Governo pretende "levantar as barreiras que impedem o fluxo natural do investimento externo no Brasil".

Essas barreiras são detectadas em dois níveis: o burocrático e o operacional. Em nível burocrático, um dos maiores obstáculos à abertura total da economia brasileira ao capital estrangeiro é o Banco Central. Há um forte receio da desnacionalização da economia, e por isso, as decisões nessa direção "vão sendo cozinhadas dentro do BC".

Outro aspecto difícil de ser superado é a criação de facilidades legais para a absorção desse capital. O governo não pretende alterar a lei de remessa de lucros, mesmo porque ela adquiriu uma certa estabilidade. Mas estuda a possibilidade de criar algumas flexibilidades de ordem jurídico-operacionais com o propósito de facilitar o ingresso do capital e da tecnologia estrangeira no país e de evitar a fuga de capital, disse Frota Neto.

Uma das facilidades já criadas pelo governo, segundo o secretário de Imprensa, foi a instituição do mecanismo de importação sem cobertura cambial. "Tem havido muita resistência à medida, mas o governo vai forçar a sua implementação".

Com a medida, explicou, "o governo permitiu que se tirasse o dinheiro do paralelo, evitando gastos de divisas", concluiu.